



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

Nº. CONTROLE SICOM: 050/2021  
TERMO DE FOMENTO Nº. 039/2021

TERMO DE FOMENTO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SACRAMENTO, ESTADO DE MINAS GERAIS E SANTUÁRIO DE SANTOS REIS DE SACRAMENTO PARA REPASSE DE RECURSO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1.764, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

**MUNICÍPIO DE SACRAMENTO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 18.140.764/0001-48, localizada na Praça Monsenhor Saul Amaral, 512 – Centro – CEP 38.190-000 - Sacramento/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. WESLEY DE SANTI DE MELO, inscrito no CPF n.º: 788.906.406-34, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e,

**SANTUÁRIO DE SANTOS REIS DE SACRAMENTO**, com sede na Rua 5, n.º. 568, nesta cidade de Sacramento/MG, inscrita no CNPJ sob o n.º. 01.345.532/0001-23 neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. JOÃO PEREIRA DOS REIS, brasileiro, casado, residente na rua Dona Ritinha, 256, bairro Rosário, portador da cédula de identidade 17.729.611 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n.º 512.711.926-91, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Lei Municipal nº. 1.764, de 03 de dezembro de 2020 e Decreto Municipal nº. 315, de 10 de outubro de 2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CONSIDERANDO** os termos do processo nº. 3.398 de 23 de dezembro de 2020;

**CONSIDERANDO** o Parecer Jurídico nº. 53/57 da lavra do advogado, Bruno Mateus do Nascimento, datado de 20 de abril de 2021;

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto transferir e acompanhar a aplicação dos recursos, conforme previsão expressa na Lei Municipal nº. 1.764, de 03 de dezembro de 2020, seguindo parâmetros dispostos no plano de trabalho.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

### a) Dirigente responsável pela PROPONENTE

João Pereira Dos Reis, se responsabilizará, como gestor, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria, nos termos da Lei 13.019/14 e suas alterações.

### b) Gestor responsável pela CONCEDENTE

Luiz Carlos de Souza Júnior, Secretário Municipal de Cultura, se responsabilizará pela fiscalização da aplicação, execução, monitoramento e avaliação, e pela emissão do parecer conclusivo da prestação de contas da parceria.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

### São obrigações da CONCEDENTE:

- Fornecer os recursos para a execução deste objeto;
- Prorrogar a parceria de ofício, quando houver atraso na liberação dos recursos ou dos serviços, limitada a prorrogação ao exato período do atraso;
- Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Cultural

1

*João Pereira dos Reis*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- gestão dos recursos, bem como a providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- e) Emitir relatório de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto, e submeter à homologação pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que deverá conter no mínimo:
1. A forma sumária das atividades e metas estabelecidas;
  2. As atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido, em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;
  3. Os valores efetivamente transferidos pela administração pública e valores comprovadamente utilizados;
  4. Quando for o caso, os valores pagos nos termos da lei de regência, os custos indiretos, os remanejamentos efetuados, as sobras de recursos financeiros, incluindo as aplicações financeiras, e eventuais valores devolvidos aos cofres públicos;
  5. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas;
  6. Análise das auditorias, realizadas, pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomarem em decorrência dessas auditorias;
- f) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.
- g) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- h) Cumprir os prazos previstos na Lei do Marco Regulatório, no que se refere à Prestação de contas.
- i) Exigir da Entidade parceira a prestação de contas conforme determina a lei de regência, e demais exigências da Administração, caso houver, e do respectivo Tribunal de Contas.
- j) Realizar pesquisa de satisfação das parcerias quando caso a vigência ultrapasse 1 (um) ano, inclusive por Termo Aditivo.

## São obrigações do PROPONENTE

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento.
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto.
- c) Manter os recursos aplicados.
- d) Efetuar os pagamentos somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saque ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até no máximo R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do instrumento, exclusivamente para atender a excepcionalidade da lei de regência.
- e) Fazer a restituição dos rendimentos financeiros, exceto se autorizado aumento de metas do objeto pactuado.
- f) Fazer restituição do saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, exceto se autorizado a reprogramar.
- g) Manter e movimentar os recursos na conta específica citada somente para os pagamentos acordados em Plano de Trabalho, anexo a este instrumento.
- h) Permitir livre acesso ao Gestor do responsável pelo Controle Interno, e dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE.
- i) Transferir e permitir que o CONCEDENTE se responsabilize pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.
- j) Se responsabilizar exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de capital.
- k) Se responsabilizar exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, manter as certidões negativas em dia, não se

*João Pereira dos Reis*

*pe*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

- l) Prestar contas no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 370/2018 e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.
- m) Anexar e entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e demonstração das origens e aplicação dos recursos da Entidade parceira, segundo as normas contábeis vigentes.
- n) Manter em seus arquivos durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, os documentos originais que compõem a prestação de contas.
- o) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo à CONCEDENTE, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for parcialmente com recursos do objeto.
- p) Divulgar esta parceria, em seu sítio na internet, com as informações relativas à parceria, tais como: data da assinatura, identificação do instrumento, do órgão CONCEDENTE, descrição do objeto da parceria, valor total da parceria, valores liberados e situação da prestação de contas da parceria.
- q) Oficiar a relação de parentesco vinculado ao objeto, caso houver, de dirigente ou de membros da diretoria da entidade, inclusive de seus cônjuges ou companheiros, bem como se for parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau que tenha relação direta com servidores ou agentes políticos diretamente ligados ao CONCEDENTE.
- r) Adotar um roteiro de compras e contratações, onde se evidencie os Princípios da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a ser seguido pela Entidade quando se tratar de recursos oriundos do Termo de Fomento.

## CLÁUSULA QUARTA – DO DESTINO DOS BENS REMANESCENTES

As partes reconhecem que os bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão dessa, houverem sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública será de titularidade e se incorporará ao patrimônio da CONCEDENTE.

## CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da Administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Deverá seguir as normas da Legislação Trabalhista e respeitar acordos coletivos e sindicais.

## SUBCLÁUSULA ÚNICA – VÍNCULO TRABALHISTA

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre o CONCEDENTE e o pessoal que a PROPONENTE utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

## CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

6.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de até R\$19.000,00 (dezenove mil reais), em parcela única, a ser paga até o 10º (décimo) dia útil do mês de junho de 2021, correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.10.23.695.0044.2.011.3.3.50.43 – Ficha 701.

## 6.2 – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Cultural

3

*João Pereira dos Reis*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados na conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, Conta nº 2.019-8, operação 003, agência 0940, Caixa Econômica Federal – CEF Sacramento.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deverá ser efetuada de forma integral, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 23, do Decreto Municipal nº. 315/2019.

## CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem sua vigência contada a partir da data de sua assinatura até **31 de dezembro de 2021**, e poderá ser prorrogado a critério da PROPONENTE, desde que autorizado, e somente quando as razões se justificarem.

### 8.1 – DA PRORROGAÇÃO

A prorrogação dar-se-á de ofício, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, motivado pela PROPONENTE, protocolado junto ao Órgão Gestor da CONCEDENTE.

## CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

### 9.1 – DA RESCISÃO SEM ÔNUS

Quaisquer das partes têm faculdade para rescindir esta parceria, sem ônus, limitada a responsabilidade a execução do objeto parcial, desde que comunicado *ex-officio* com no mínimo 60 (sessenta dias) de antecedência, quando das seguintes razões:

- a) Acordado entre as partes, desde que as etapas proporcionais ao objeto, tenham sido, plenamente realizadas e prestado contas até o montante do repasse realizado.
- b) Se houver atrasos nos repasses (definir prazo) que comprometam a execução do objeto;
- c) Em casos fortuitos, tais como guerra, tempestades, inundações e incêndio, que possa interferir diretamente na execução do objeto, comprovado com laudo de vistoria pelo CONCEDENTE ou por órgãos oficiais.

### 9.2 – DA RESCISÃO COM ÔNUS

Ocorrendo descumprimento de quaisquer das cláusulas previstas neste instrumento, o mesmo poderá ser rescindido *ex-officio* pela CONCEDENTE, interrompido os repasses para que até 30 (trinta) dias seja apresentada a defesa, e ainda nos casos em que a PROPONENTE:

- a) No curso da parceria, possa ter sido declarada omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com uma das três esferas de governo, inclusive com a administração indireta;
- b) Indicar como dirigente, durante a vigência do termo de Fomento, agente político do Poder público da mesma esfera governamental, bem como parente em linha reta ou colateral ou por afinidade, até segundo grau.
- c) Ter julgadas irregulares prestações de contas dos últimos 5 (cinco) anos, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- d) Não ter sanado, em tempo hábil as irregularidades que motivaram a rejeição, e não forem quitados os débitos que lhes foram eventualmente imputadas ou for reconsiderada ou revista a decisão, das contas julgadas irregulares, pela administração pública direta e indireta, federal, estadual ou municipal, no curso dessa parceria.
- e) Receber, durante a vigência desta parceria, punição de suspensão de participar em licitação e impedimento para contratar com a administração pública, e ou ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública.
- f) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitas pelo Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação.

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Cultural

4

João Pereira dos Reis



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SACRAMENTO - MG

- h) Tenha dirigentes suspensos dos direitos políticos de três a dez anos, conforme o caso, e proibidos de contratar com o poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três a dez anos, conforme o caso.

## CLÁUSULA DEZ – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Fomento será publicado no site da Prefeitura Municipal de Sacramento e no Jornal Oficial do Município, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cumprido o disposto da legislação em vigor.

## CLÁUSULA ONZE – DO ANEXO

Faz parte integrante e indispensável deste instrumento, o Plano de Trabalho, na forma prevista na lei de regência.

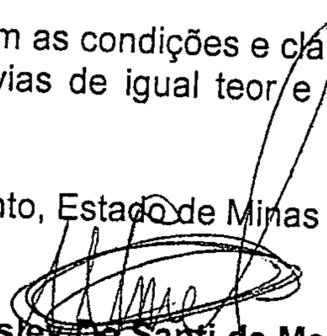
## CLÁUSULA DOZE – DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Sacramento/MG para esclarecer dúvidas de interpelações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

## CLÁUSULA TREZE – DISPOSIÇÃO FINAL

E, por estarem cientes e acordados com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Prefeitura Municipal de Sacramento, Estado de Minas Gerais, em 25 de maio de 2021.

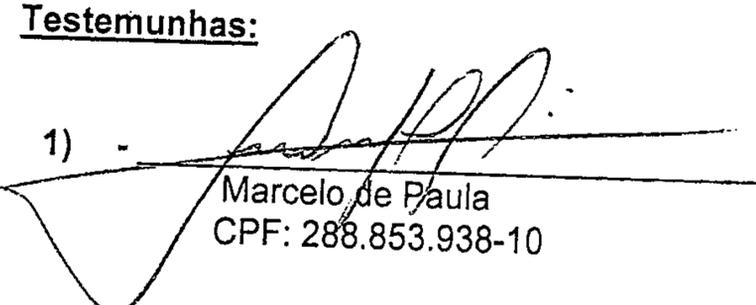
  
Wesley De Santi de Melo  
Prefeito



João Pereira dos Reis  
Presidente do Santuário de Santos Reis de Sacramento

### Testemunhas:

1) -

  
Marcelo de Paula  
CPF: 288.853.938-10

2) -

  
Renata Cristina Bessa  
CPF: 081.397.228-04

Visto:  
S. M. Assuntos Jurídicos

S. M. Fazenda e Administração

S. M. Cultural

5

## DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	PERÍODO DE EXECUÇÃO	
Manter a tradição das Folias de Reis	Início: 01/01/2021	Término: 31/12/2021

### DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### Objetivo Geral:

Promoção de desfiles dos Reis Magos, Romarias e festas abusivas em data aprovada, usando sempre respeitar os fiéis e a fé para desenvolver o caráter cívico e religiosos. com um publico de todas as idades e em torno de 2.000 pessoas.

#### Público Alvo / Meta Física: RESPONDER

Publico de todas as idades e em torno de 2.000 pessoas.

### APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE

#### IDENTIFICAÇÃO

O Santuário de Santos Reis de Sacramento/MG, é uma Organização Religiosa, neste estatuto designada, simplesmente, como "Santuário de Santos Reis", fundado em 10 de fevereiro de 1992, com sede e foro à Rua Cinco, 568, bairro Cervato II, nesta cidade de Sacramento, Estado de Minas Gerais, é uma organização religiosa, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter religioso, com o objetivo de levar a devoção à Santos Reis e Nossa Senhora Aparecida a todos os seres humanos, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.

O mandato é trienal, sendo a última eleição realizada em janeiro de 2018 com mandato que perdurará até janeiro de 2021.

O Santuário de Santos Reis de tem por finalidade:

- I) A evangelização do povo de Deus através da devoção à **Santos Reis e Nossa Senhora Aparecida**.
- II) Promoção de desfiles dos Reis Magos, romarias e festas alusivas, em datas aprazadas, visando sempre respeitar os fiéis e a fé para desenvolver o caráter cívico e religioso.
- III) Organizar reuniões de caráter religioso.
- IV) Sempre que necessário, promover toda e qualquer atividade de caráter religioso em prol do Santuário de Santos Reis.
- V) O Santuário de Santos Reis em nome do benefício à comunidade religiosa Católica poderá fazer convênios com entidades religiosas e com órgãos governamentais.

**RECURSOS HUMANOS (DO SERVIÇO)** Relacione a equipe técnica principal do serviço e a de apoio, incluindo formação profissional (Assistente Social, Psicólogo, Administrador, Advogado, Pedagogo, Diretor, Coordenador, Educador, etc.).

Nome	Função	Regime de contratação

3. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$)

07

TÍTULO DO PROJETO:	PERÍODO DE EXECUÇÃO			
CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO 2020	<u>Início:</u> 01/01/2021		<u>Fim:</u> 31/12/2021	
ESPECIFICAÇÃO	Nº	TOTAL	1º Partícipe Recurso Subvenção	2º Partícipe Recurso Próprio
<b>I. Material de consumo:</b>				
1. Gêneros de Alimentação;		R\$12,650,00	R\$12,650,00	
2. Gás Engarrafado para Cozinha;		R\$1.050,00	R\$1.050,00	
3. Publicidade e camisetas da festa;		R\$1.000,00	R\$1.000,00	
4. Diversos: embalagens descartáveis;		R\$1.945,00	R\$1.945,00	
5. Transporte;		R\$1.955,00	R\$1.955,00	
<b>II. Remuneração de Serviços de Natureza Eventual:</b>				
1. Contabilidade para Fins da execução do Projeto;		R\$ 400,00	R\$ 400,00	
<b>III. Construção / Reforma:</b>				
1. Materiais básicos para construção;				
2. Materiais para Instalação elétrica e Hidráulica;				
3. Locação de Móveis e Equipamentos;				
4. Projeto de engenharia;				
5. Mão de Obra;				
6. Outros;				
<b>TOTAL</b>		<b>R\$19.000,00</b>	<b>R\$ 19.000,00</b>	<b>R\$</b>

**QUANTO À EXECUÇÃO DO OBJETO** – Os recursos financeiros deverão ser aplicados em coerência com o plano de trabalho. Qualquer alteração no plano de trabalho deverá ser protocolada no Setor de Protocolo (Centro administrativo). O não cumprimento das obrigações pela entidade ou pela pessoa física destinatária do apoio financeiro, acarretará na restituição aos cofres públicos da importância recebida, devidamente corrigida.

João Pereira dos Reis

## JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A sociedade através de uma diretoria administrativa poderá organizar: Reunião a caráter religioso; Cursos teóricos, conferências e palestras; Sempre que for necessário, toda e qualquer atividade de caráter religioso em prol do Santuário.

O Santuário em nome do benefício à comunidade religiosa Católica poderá fazer convênios com entidades religiosas e com órgãos governamentais.

O Santuário em Sacramento-MG passará de ora em diante a integrar-se à comunidade sacramentana e paroquial, ficando as decisões de caráter funcional sob administração da diretoria e do pároco da comunidade, com a anuência do Bispo.

Para a realização de sua finalidade o Santuário de Santos Reis e Nossa Senhora Aparecida possui em sua estrutura: Departamento de Romaria e Assistência e outras atividades religiosas; Departamento de Assistência e Conservação do patrimônio.

#### 4. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

09

##### 1º Partícipe (Recurso recebido do Município)

Especificação da Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho

Especificação da Meta	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez
	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	

##### 2º Partícipe (Recurso Próprio da Entidade)

Especificação da Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho

Especificação da Meta	Julho	Agosto	Set	Out	Nov	Dez

#### 5. DECLARAÇÃO

Na qualidade de Representante Legal do proponente, declaro, para fins junto ao Município de Sacramento, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade de Administração Pública Municipal, que impeça a Transferência de recursos oriundos de dotação consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste plano de trabalho.

**Pede Deferimento.**

Sacramento, 07 de Maio de 2021.

Ass.: João Pereira dos Reis  
2º Partícipe (Entidade)  
Assinatura Presidente

#### 1. PROVAÇÃO DO MUNICÍPIO

**Aprovado**

Sacramento, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /2020.

Ass.:

1º Partícipe (Município)

10

FICHA CADASTRAL

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>		<b>EXERCÍCIO:</b>	
ENTIDADE SANTUARIO DE SANTOS REIS DE SACRAMENTO		CNPJ 01.345.532/0001-23	
ENDEREÇO R CINCO, 568			
CEP 38190-000	BAIRRO PAULO CERVATO II	FONE (34) 3351-2988	FAX
SITE		E-MAIL grazielep992@gmail.com	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL</b>			
NOME João Pereira dos Reis		CPF 512.711.926-91	
RG 177.296-11		DATA DA POSSE 12/01/2019	
ENDEREÇO RESIDENCIAL Av. Dona Ritinha, 256			
BAIRRO Rosário	TELEFONE	CELULAR (34)98409-5206	

*João Pereira dos Reis*